

ISSN

VIRTUAL: 2708-0315

IMPRESO: 2225-8787



Asociación de Universidades  
GRUPO MONTEVIDEO



AÑOS



UNIVERSIDAD  
**SAN FRANCISCO XAVIER**  
UNIVERSIDAD DIGNA  
BOLIVIA



**XXIX**  
**JORNADAS**  
**DE JÓVENES**  
**INVESTIGADORES**  
**2022**

**7-8-9 / SEP 2022**

**“Generación de Conocimiento**

con Integración Científica, Académica, Tecnológica & Cultural para  
la Justicia, la Libertad y el Bienestar de Nuestros Pueblos”

Eje Interdisciplinario

**AUTORIDADES DE LA  
UNIVERSIDAD MAYOR REAL Y PONTIFICIA  
SAN FRANCISCO XAVIER DE CHUQUISACA**

**Dr. Sergio Milton Padilla Cortez, PhD.  
RECTOR DE LA UNIVERSIDAD**

**MSc. Lic. Zenón Peter Campos Quiroga  
VICERRECTOR DE LA UNIVERSIDAD**

**AUTORIDADES  
ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDEO  
“AUGM”**

**Profa. Sandra Goulart Almeida**  
Rectora Universidade Federal de Minas Gerais  
Presidenta de AUGM

**Dr. Osvaldo Enrique Corrales Jorquera**  
Rector Universidad de Valparaíso  
Vicepresidente de AUGM

**Prof. Álvaro Rico**  
Secretario Ejecutivo

**ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDEO  
MIEMBROS**

**ARGENTINA**

Universidad de Buenos Aires (UBA)  
Universidad Nacional de Córdoba (UNC)  
Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo)  
Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER)  
Universidad Nacional del Litoral (UNL)  
Universidad Nacional de La Plata (UNLP)  
Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP)  
Universidad Nacional del Nordeste (UNNE)  
Universidad Nacional del Noroeste de Buenos Aires (UNNOBA)  
Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)  
Universidad Nacional de Rosario (UNR)  
Universidad Nacional del Sur (UNS)  
Universidad Nacional de San Luis (UNSL)  
Universidad Nacional de Tucumán (UNT)

**BOLIVIA**

Universidad Mayor de San Andrés (UMSA)  
Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca (UMRPSFXCH)  
Universidad Mayor de San Simón (UMSS)

**BRASIL**

Universidade Federal do ABC (UFABC)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
Universidade de Brasília (UnB)  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)  
Universidade de São Paulo (USP)

**CHILE**

Universidad de Chile (UChile)  
Universidad de Playa Ancha (UPLA)  
Universidad de Santiago de Chile (USACH)  
Universidad de Valparaíso (UV)

**PARAGUAY**

Universidad Nacional de Asunción (UNA)  
Universidad Nacional de Concepción (UNC)  
Universidad Nacional del Este (UNE)  
Universidad Nacional de Itapúa (UNI)

**URUGUAY**

Universidad de la República (UDELAR)

**COMITE ORGANIZADOR**  
**UNIVERSIDAD MAYOR REAL Y PONTIFICIA**  
**SAN FRANCISCO XAVIER DE CHUQUISACA**

Dr. Sergio Milton Padilla Cortez PhD.

**RECTOR**

MSc. Zenón Peter Campos Quiroga

**VICERRECTOR**

MS.c. Norma Rosario Márquez Cavero

**DIRECTORA RELACIONES INTERNACIONALES**

Dra. Jenny Virginia Durán Pérez

**DIRECTORA INVESTIGACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA**

Dra. Zully Moreno Jaramillo de Landívar

**DIRECTORA CENTRO ESTUDIOS DE POSGRADO E INVESTIGACIÓN**

Lic. Aud.Jorge Sellis Mercado

**DIRECTOR ADMINISTRATIVO Y FINANCIERO**

Lic. Jorge Fuentes Ávila

**DIRECTOR PLANIFICACIÓN Y EVALUACIÓN INSTITUCIONAL**

Dra. Ana Sirley Calderón

**DIRECTORA PLANIFICACIÓN Y EVALUACIÓN ACADÉMICA.**

Gestão cooperativa nos Programas de Pós-Graduação na perspectiva da  
acessibilidade: diretrizes para o ingresso



**“Generación de Conocimiento**  
con Integración Científica, Académica, Tecnológica & Cultural para la Justicia, la Libertad y el Bienestar de Nuestros Pueblos”

**7-8-9 / SEP 2022**



UNIVERSIDAD  
**SAN FRANCISCO XAVIER**  
UNIVERSIDAD DIGNA  
BOLIVIA



**30**  
AÑOS

## A.5. Inclusão (Eixo A)

### **Gestão cooperativa nos Programas de Pós-Graduação na perspectiva da acessibilidade: diretrizes para o ingresso**

Autor: Lima, André Henrique de; e-mail: andrehdlima@gmail.com

Orientador: Cabral, Leonardo Santos Amâncio Cabral; e-mail:

leonardocabral@ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos

---

#### **Resumo**

No Brasil, as pessoas com deficiências têm ingressado em Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu*. Mas, há o desafio de implantar ações afirmativas que materializem os direitos formais dessa população nessas Instituições de Educação Superior (IES). Diante disso, o objetivo dessa pesquisa foi identificar, compreender e analisar possíveis estratégias de gestão cooperativa para o ingresso de pessoas com deficiências em PPGs. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma IES Federal *multicampi* da região sudeste brasileira. A coleta de dados ocorreu em dois momentos: 1) dez sessões de *Brainstorming* com 16 PPGs de todas as áreas do conhecimento, envolvendo gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes com ou sem deficiências; 2) cinco reuniões institucionais com pró-reitores de pós-graduação e consultores cooperativos (n=32 participantes). A análise dos dados desvelados pelos participantes indica a necessidade de elaborar diretrizes que contemplem: a) direitos humanos e equidade; b) gestão democrática cooperativa junto a setores; c) perspectiva sóciobiopsicológica da deficiência; d) normativas e instrumentos científicos que subsidiem o ingresso da pessoa com deficiência; e) recomendações para assegurar a acessibilidade atitudinal, programática, linguística, informacional e comunicacional. À luz da perspectiva teórica da Análise Institucional, os dados sugerem que os PPGs atuem interdisciplinarmente, para além de sua esfera administrativa e de provimento de recursos pontuais centrados na “deficiência” da pessoa, no sentido de identificar cooperativamente caminhos práticos, políticos, culturais, econômicos e sociais que reconheçam os direitos dessa população em âmbitos nacional e internacional.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Inclusão, Formação profissional.



## Introdução

No Brasil, as pessoas com deficiências têm ingressado em Instituições de Educação Superior (IES). Logo, cada vez mais as matrículas de discentes na graduação e na Pós-Graduação tem aumentado. Para além do acesso na posição de estudantes, há também mais pessoas com deficiências ingressando em cargos de servidores (técnicos administrativos e docentes) que, potencialmente, podem atuar direta ou indiretamente em função de gestão.

Segundo os dados censitários mais recentes, são totalizadas, aproximadamente, 55 mil pessoas com deficiência inseridas na Educação Superior brasileira, dentre estudantes e servidores. Logo, nota-se uma representatividade notória acerca dos anos recentes (INEP, 2019).

Esse aumento quantitativo tem ocorrido, inclusive, em detrimento da adoção de políticas de ações afirmativas. Essas políticas foram planejadas para minimizar a exclusão de minorias sócio-políticas no campo da Educação Superior, seja por critérios sóciobiopsicológicos, econômicos, étnicos, raciais, de

deficiência, de diversidade sexual e de gênero (Cabral, 2018).

Uma vez que a população com deficiência ingressa na graduação, subsidiou-se a tendência para que adquirisse repertório para almejem seu ingresso em cursos de nível de Pós-Graduação. E, realmente, é isso que tem ocorrido ao longo dos últimos anos, conforme indicam estudos recentes sobre as trajetórias de mestrandos e doutorandos com deficiências (Moreira, 2012; Breda, 2013; Corrêa, 2016; Branco & Almeida, 2019).

Por mais que existam relatos de trajetórias e esforços para garantir direitos humanos por meio de políticas de ações afirmativas, há uma tendência a não se discutir com a comunidade acadêmica em geral possibilidades de como assegurar e concretizar os direitos das pessoas com deficiências.

Ocorre que ainda há o desafio de materializar ações afirmativas que legitimem os direitos formais dessa população nessas IES. Isso porque, ao longo de várias décadas, universidades brasileiras eram configuradas em uma perspectiva hegemônica.

Todavia, esse logicismo começou a ser rompido, em partes, por meio das políticas de ações afirmativas, que potencializaram o acesso de corpos socio-





culturalmente desviantes e historicamente estigmatizados na esfera dos Programas de Pós-graduação (PPGs) brasileiros.

Esses abalamentos nas lógicas institucionais podem ser descritos e verificados sob a perspectiva da análise institucional. Os compêndios que constituem esse modelo de análise podem nos habilitar a dialogar na seguinte direção: como, nos direitos humanos, esses corpos ditos desviantes podem ter seus direitos fundamentais legitimados desde a graduação até a Pós-Graduação (Baremlitt, 2002; Gavério, 2017).

Esse cenário tem estimulado as IES a planejarem sobre como gerenciar democraticamente essas diferenças. Para isso, um movimento de diálogo coletivo pode ser estruturado na perspectiva da gestão cooperativa.

A gestão cooperativa na Educação Superior é um dos caminhos possíveis para que os direitos das pessoas com deficiências não sejam negligenciados, violados ou omitidos (Lima & Cabral, 2020).

Além disso, por meio da premissa de gestão cooperativa, pode-se reunir subsídios para que planos estratégicos de desenvolvimento e avaliações institucionais sejam realizadas com mais assertividade.

As inferências relacionadas à gestão cooperativa podem influenciar,

também, nos processos de ingresso, permanência e titulação das pessoas com deficiência em Programas de Pós-Graduação (PPGs) – uma vez que haja uma premissa de cooperação entre atores.

### **Objetivo**

Nesse cenário, o objetivo dessa pesquisa inserida no bojo de estudos sobre identidades, deficiências, educação e acessibilidade, foi identificar, compreender e analisar possíveis estratégias de gestão cooperativa para o ingresso de pessoas com deficiências em PPGs.

### **Materiais e métodos**

Esse é um estudo de caso, de caráter exploratório, desenvolvido junto a participantes de uma IES do estado de São Paulo.

É exploratório de abordagem qualitativa, por propormos reunir, sistematizar, analisar e discutir com a literatura os dados. Essas etapas foram realizadas sob as junções das lentes científicas dos autores Baremlitt (2002), Franco (2005) e Gil (2008).

Na perspectiva metodológica de estudos científicos, os procedimentos para que o objetivo da presente pesquisa fosse alcançado serão descritos a seguir.

### **Procedimentos éticos**



Considerando-se que esta é uma pesquisa que envolve seres humanos, cuidou-se para que todas as normas da Resolução CNS nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde fossem cumpridas. Nesse sentido, os procedimentos éticos foram aprovados pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – universidade brasileira situada no estado de São Paulo (SP).

Junto aos participantes da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, aos que concordaram em participar da pesquisa, foi, por e-mail, enviada uma via eletrônica assinada pelo pesquisador e pelo orientador da pesquisa para confirmação de participação.

### **Local**

A pesquisa foi realizada na modalidade *online*, no ano de 2022. Nos debruçamos sob o recorte de uma das universidades públicas federais do sudeste brasileiro.

O local de coleta de dados foi no campo da Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Essa universidade possui quatro *campi* situados no interior do estado de São Paulo. Três destes possuem Programas de Pós-Graduação.

### **Procedimentos e critérios de Identificação e Seleção dos Participantes**

Para identificar os participantes da pesquisa, foi feita uma exploração das IES brasileiras por meio da Plataforma Sucupira.

Esse procedimento revelou que, do total de PPGs *stricto sensu* (n=3.744, %=100) que são reconhecidos pelo Ministério da Educação brasileiro, a região Sudeste é a que tem maior número de PPGs que oferecem mestrado acadêmico e doutorado acadêmico (n=1.581, %=42,2).

Dessa região, o estado de São Paulo é o que mais oferece (n=755, %=47%) Programas de Mestrado e Doutorado (Acadêmico).

Dentre essas 755 instituições, apenas três são da esfera administrativa federal: UFSCar, UFABC e UNIFESP, as quais obrigatoriamente devem atender ao sistema de reserva de vagas para pessoas com deficiências, via Lei nº 13.409/16.

A UFSCar foi a instituição selecionada, por: a) ter Programas com mais de 44 anos de funcionamento; b) existirem dados especificamente sobre a UFSCar sendo discutidos no campo de estudo das ciências humanas (Zampar, 2013; Lourenço & Battistella, 2018); c)



dados sistematizados estarem sustentando desdobramentos teórico-práticos no âmbito da referida IES (Lima *et al.*, 2020) e; d) haver, na UFSCar, a Diferenciação e Acessibilidade Curricular (DAC), mostrando que iniciativas internas alinhadas à pesquisa podem ser concretizadas (Cabral, 2021).

Uma vez identificada essa instituição, com base nesses critérios e cenário institucional interno, os pesquisadores entraram em contato com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) da instituição para que, cooperativamente, pudessem haver diálogos sobre as possibilidades de identificação de demandas de acessibilidade nos PPGs da instituição.

Em uma perspectiva de gestão democrática, a proposta de pesquisa foi apresentada também em Conselho de Pós-Graduação da UFSCar, nº 135, a todos os coordenadores dos PPGs da instituição. Assim, possivelmente sensibilizando os coordenadores da UFSCar sobre a importância de diálogos periódicos com a comunidade acadêmica sobre a temática da acessibilidade. Isso, para que todos os responsáveis pelos Programas estivessem cientes que uma pesquisa estaria sendo realizada juntamente a alguns componentes dos PPGs.

## **Participantes**

A identificação das pessoas interessadas a serem participantes dessa pesquisa foi feita por meio do envio de um Formulário eletrônico, no qual conselheiros dos Programas pudessem responder indicando o nome e campus do PPG, seus níveis, coordenadores e até três representantes nesses diálogos (docentes, técnicos administrativos e/ou estudantes com ou sem deficiência) e disponibilidade de horários para os encontros previstos.

## **Caracterização dos Participantes**

Dessa sondagem, foi possível compor o estudo com um total de 32 participantes vinculados à UFSCar que, fundamentalmente, representantes de 16 PPGs de todas as áreas do conhecimento.

Essa representatividade é estabelecida por pessoas com e sem deficiências, sendo elas 2 estudantes de Pós-Graduação, 2 técnicos administrativos, 11 docentes, 3 vice-coordenadores, 7 coordenadores, 2 gestores da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 5 consultores cooperativos (entre eles, um estudante de pós-graduação, três professores e um coordenador).

## **Instrumentos e procedimentos de coleta de dados**



Para o presente estudo, focalizamos na exploração dos relatos e discussões dos participantes vinculados com PPGs, sejam eles estudantes com ou sem deficiências, técnicos administrativos, docentes ou gestores.

Os diálogos dos participantes circundaram a temática da gestão democrática do ingresso, permanência e titulação das pessoas com deficiências na Pós-Graduação, na perspectiva da acessibilidade.

Para asseverar um caráter científico na condução dos diálogos, optamos pela utilização da técnica *Brainstorm*, um instrumento metodológico que prevê a identificação das necessidades das pessoas que estiverem o compondo.

O instrumento *Brainstorm* foi utilizado na discussão periódica sobre acessibilidade e nas reuniões institucionais com gestores da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da universidade.

Foi preterido o *Brainstorm* por termos o intuito de identificar uma amostragem de sensos e dissensos de agentes inseridos na Pós-Graduação.

Os *Brainstorms* realizados nessa pesquisa foram com base nos preceitos da literatura. Seguindo isto, os *Brainstorms* duraram duas horas, envolveu em média de oito a doze participantes por encontro e trataram sobre as demandas institucionais

dos gestores, professores, servidores e discentes (Barbosa *et al.*, 2021).

O *Brainstorm* foi formulado para capitanear discussões que cooperassem com o contexto universitário e que dessem subsídios para a formulação de diretrizes práticas de acessibilidade para o contexto dos PPGs.

Nesse sentido, a ProPG da UFSCar em parceria com a GP-IDEA (Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade), SAADE (Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade) e GTI-Acessibilidade (Grupo de Trabalho Interdisciplinar sobre Acessibilidade) preveram, entre abril e maio de 2022, a realização de dez encontros virtuais.

### **Procedimentos de coleta de dados**

Com a ciência dos 32 participantes, a proposta de *Brainstorm* de modo síncrono foi registrada utilizando *softwares* de gravação dispostos no computador do pesquisador, para que a qualidade da captação de áudio fosse garantida.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos: 1) dez sessões de *Brainstorming* com 16 PPGs e; 2) cinco reuniões institucionais com pró-reitores de pós-graduação e consultores cooperativos.

Na coleta de dados, foi previsto abordar as seguintes temáticas



relacionadas às pessoas com deficiências:

1) Tema do Encontro 01: Processo Seletivo e Ingresso; 2) Tema do Encontro 02: Permanência; 3) Tema do Encontro 03: Titulação e Perspectivas Acadêmico-Profissionais; 4) Tema do Encontro 04: Orientação científica com pessoas com deficiências e; 5) Tema do Encontro 05: e devolutivas e refinamentos das diretrizes de acessibilidade formuladas com base nos diálogos dos encontros 01, 02, 03 e 04.

Apesar de termos realizado a coleta de dados referente a essas cinco dimensões, vamos realizar o recorte específico do ingresso da pessoa com deficiências na Pós-Graduação. Assim, as frentes que circundam o ingresso das pessoas com deficiências subsidiaram os resultados dessa pesquisa.

### **Procedimentos de tratamento dos dados**

Por meio de anotações enquanto os participantes emitiam as ideias sobre a temática debatida, foi organizado um tratamento prévio dos dados. Isso, para que houvesse uma devolutiva dinâmica e organizada sobre as principais inferências e ideias dos participantes expostas no encontro.

Esse tratamento prévio resultou em um tratamento rigorosamente sistematizado por meio dos preceitos da

análise de conteúdo, que possibilitou com que diretrizes de acessibilidade pudessem ser organizadas e devolvidas aos participantes da pesquisa no Encontro 05.

### **Procedimentos de análise dos dados**

Os dados da pesquisa foram analisados por meio dos compêndios da Análise Institucional de Baremlitt (2002). Os dados foram discutidos se utilizando dessa lente teórica.

A análise institucional primariamente se utilizaria da integração entre elementos que compunham uma instituição para, então, uma posterior análise. Assim, a análise é perante as implicações dos elementos no contexto e nos reflexos que podem ter em relação a aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos (Baremlitt, 2002).

### **Resultados e discussões**

À luz da Análise de Conteúdo, sob a perspectiva teórica da Análise Institucional, os dados foram organizados em eixos e subeixos temáticos.

Os dados indicam que a relação entre deficiência e acessibilidade vai muito além de prover recursos centrados pontualmente sobre a pessoa com deficiência de maneira exotificante ou estereotipada.

Durante a coleta de dados, conseguimos analisar que houve uma



movimentação que visava práticas positivas de boa parte dos participantes. Essa análise é feita considerando o fato de que são paulatinas as reconsiderações acerca das próprias práticas institucionais e das dos demais servidores que compõem a universidade (Torres, Cruz & Cabral, 2021).

Os resultados indicaram a necessidade de esforços institucionais para elaborar, difundir e assegurar, cooperativamente, diretrizes para os seguintes aspectos no âmbito dos PPGs que considerem as pessoas com deficiências:

a) *direitos humanos, equidade e acessibilidade:*

- i) garantir a acessibilidade nas dimensões atitudinais, comunicacionais, informacionais, tecnológicas, arquitetônicas, nos transportes e urbanísticas;
- ii) estimular a perspectiva sociobiopsicológica em futuros documentos institucionais;
- iii) no que a acessibilidade prevê, estimular a interlocução coletiva, dinâmica, policêntrica e inter/multivetorial nas dimensões sociais e de seus respectivos atores;
- iv) propiciar condições com o sujeito para a participação dele na vida política da universidade;

- v) reconhecer as diferenças entre os sujeitos de sua comunidade acadêmica, anulando preconceitos;
- vi) equiparar as oportunidades àqueles que apresentarem demandas e;
- vii) superar eventuais barreiras e/ou identificar facilitadores.

b) *gestão democrática cooperativa, envolvendo unidades e setores:*

- i) recomenda-se que os Programas de Pós-Graduação da UFSCar se empenhem na condução da gestão democrática que considere a perspectiva biopsicossocial, policêntrica e cooperativa;
- ii) diálogos e estratégias cooperativas, construtivas e democráticas para legitimar os direitos de toda a comunidade acadêmica;
- iii) não exotificar e, tampouco, objetificar a pessoa com deficiência no contexto acadêmico;
- iv) superação da lógica centralizadora e potencialmente assistencialista sobre a diferença desse sujeito, predominantemente demarcada pela deficiência;
- v) fundamental identificar métodos adequados para analisar situações em conjunto e, de maneira compartilhada e orgânica, alcançar fins comuns, aceitáveis e acessíveis ao longo da trajetória acadêmica e;





vi) princípio moral e ético nortear suas políticas e práticas à luz da perspectiva sociobiopsicológica.

c) perspectiva biopsicossocial da deficiência: devem ser superadas as barreiras que obstruam a participação plena e efetiva desses estudantes nas atividades teóricas e práticas oferecidas pelo curso, com vistas à promoção de igualdade de condições com as demais pessoas.

d) legislação nacional e documentos que subsidiem o ingresso da pessoa com deficiência nos PPGs: a Constituição Federal de 1988; o Aviso Circular do Ministério da Educação nº 277/1996; a Lei nº 9.396/1996 (e sua redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); a Portaria Ministerial nº 1.120/1999; o Decreto nº 3.956/2001; a Lei nº 10.436/2002; a Portaria nº 2.678/2002; a Portaria nº 3.284/2003 (que substituiu a Portaria nº 1.679/1999 e enumera os referenciais de acessibilidade na Educação Superior); a ABNT/NBR 9.050/2004; o Decreto Federal nº 5.296/2004; o Decreto nº 5.626/05; o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, de 2005, e seus respectivos documentos orientadores; o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007; a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008; o Decreto nº 6.949/2009; o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; o Decreto nº 7.611/2011; a Lei nº 12.711/2012 (modificada pela Lei nº 13.409/2016); a Portaria Normativa nº 18 de 11/2012-MEC; e pelo Decreto Federal nº 12.764/2012.

e) recomendações para assegurar, desde a inscrição ao processo seletivo, a acessibilidade atitudinal, programática, linguística, informacional e comunicacional: gerenciar a atenção aos princípios de equidade no processo seletivo, no que tange análise de currículo, prova teórica e/ou apresentação do projeto de pesquisa do candidato com deficiência.

f) é obrigatório, conforme disposto pela Lei nº 10.436/2002, pelo Decreto nº 5.626/2005 e pela Lei nº 13.146/2015, que os editais para o ingresso nos PPGs da UFSCar:

i) sejam publicados em dois formatos acessíveis (Ativos Digitais Textuais Acessíveis e Ativos Digitais Audiovisuais (vídeos) Acessíveis);

ii) garantam a acessibilidade linguística, informacional e comunicacional, assegurando orientações em uma perspectiva didaticamente orientativa,



linguagens escrita e audiovisual compreensíveis (com frases breves, assertivas, com a utilização de termos não-ambíguos e não redundantes);

iii) exponham as informações em tópicos temáticos-norteadores, dispostos em breves parágrafos, alíneas, cláusulas;

iv) evitem, devido os sintetizadores de voz e os leitores de tela, inserir tabelas com muitas colunas e linhas ou utilizar marcadores (de números, letras e símbolos) sem que estejam na configuração e no texto direto;

v) certifiquem que hiperlinks a outras páginas ou a instrumentos específicos (formulários *online* para a inscrição, por exemplo) sejam acessíveis em Libras e navegáveis por usuários de leitores de tela;

vi) preconizem, desde o formulário de inscrição, a aproximação prévia em relação a algumas informações sobre a pessoa candidata: indicação se é ou não uma pessoa com deficiência; necessidades de adequações para o ingresso e permanência; questão sobre cor ou raça (autodeclaração conforme critérios do IBGE), como preta, parda, branca, amarela, indígena e; questão sobre sexo e/ou gênero; possibilidade de responder em Libras as informações e;

vii) explicitem sobre as comissões executivas interdisciplinares para a acessibilidade na perspectiva sócio

biopsicológica.

g) indicações para o reconhecimento da condição de deficiência (autodeclaração, laudo e roteiro de Avaliação Sociobiopsicológica), de suas potencialidades e eventuais necessidades:

A documentação para a heteroidentificação interdisciplinar da deficiência na perspectiva sociobiopsicológica é realizada com base na Resolução COPG nº 13, de 25 de abril de 2022, a qual implementa a Política de Ações Afirmativas em todos os processos seletivos dos PPGs nos mestrados e doutorados da UFSCar. Além disso, essa identificação ocorre via Critérios de Elegibilidade e Não Elegibilidade a direitos de pessoas com deficiências, sendo: Declaração de Auto-Reconhecimento enquanto pessoa elegível a fruir dos direitos das pessoas com deficiências; Laudo; Roteiro de Avaliação Sociobiopsicológica.

### **Alguns tensionamentos que ainda carecem de explorações e análises mais aprofundadas**

Sobre os pontos recém citados, infere-se alguns aprofundamentos e possíveis desdobramentos.

Nas reuniões realizadas com a Pró-Reitoria de Pós-graduação, identificamos





que, conforme Cabral (2018) e Lima e Cabral (2020), o deslocamento propositivo de uma gestão pode ser importante para a identificação de elementos a serem alterados ou aperfeiçoados.

Existe relevância no trabalho da gestão, principalmente quando isso elenca estratégias que podem resultar em uma modificação da cultura que exclui ou segrega estudantes e é pautada pela cultura da cooperatividade (Illich, 1973; Ebersold, 2020).

De acordo com a Pró-Reitoria, as orientações para os gestores chegam a ser parcialmente dificultosas. Isso porque algumas Leis e Decretos do campo da educação de minorias sócio-políticas não serem tão conhecidas por eles.

Outro desafio é o acolhimento do estudante em congruência com essa parte da legislação nacional. Muito disso, segundo a Reitoria, é em razão que os Programas não implementam as ações por não saberem como realizar o processo de como fazer e atingir as metas propostas em documentos institucionais.

As políticas de ações afirmativas da UFSCar que direcionam as ações de acessibilidade não são orientadoras, conforme a Pró-Reitoria exclama. As políticas apresentam os dispositivos legais sobre os direitos das pessoas com deficiências e assevera que a Instituição

possui a obrigação de atendê-los. Contudo, as políticas não mostram como fazer, não direcionam e orientam – isso, na perspectiva da Reitoria.

A insuficiência de informações sobre possibilidades de como colocar em prática as ações afirmativas é um ponto que, de acordo com a Pró-Reitoria, os gestores de Pós-Graduação possuem mais desafios. Segundo esta unidade institucional, a contribuição precisa ser mais em como implantar essas ações, de maneira prática, assertiva e efetiva.

Esse é um desafio, portanto, a ser superado processualmente com as diretrizes de acessibilidade formuladas cooperativamente ao longo do primeiro semestre de 2022.

## **Conclusões**

O estudo procurou conhecer e compreender fenômenos relacionados às pós-graduações, isso propiciou elementos que podem fundamentar novos estudos e questionamentos sobre o tema pesquisado, uma clara contribuição com a produção científica. Esperou-se, com os resultados desse estudo, ressignificar parte das práticas de acessibilidade individuais e, paulatinamente, coletivas, bem como suas diluir eventuais barreiras cristalizadas.



Importa que os PPGs atuem interdisciplinarmente, para além de sua esfera administrativa, no sentido de identificar cooperativamente caminhos práticos, políticos, culturais, econômicos e sociais que reconheçam os direitos dessa população em âmbitos nacional e internacional.

Na perspectiva policêntrica e interdimensional da acessibilidade, pode-se dizer que essa pesquisa já possui resultados que contribuem com embasamentos referentes a possíveis reformulações nas políticas de ações afirmativas de PPGs.

### Referências

Barbosa, S. D. J.; Silva, B. S. Da; Silveira, M. S.; Gasparini, I.; Darin, T.;  
Barbosa, G. D. J. (2021). Interação Humano-Computador e Experiência do usuário. Autopublicação.

Barembliitt, G. (2002) Sociedades e Instituições. In: \_ Compêndio de Análise Institucional e outras correntes. Teoria e Práticas. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarri.

Branco, A.P. S. C.; Almeida, M. A. (2019) Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 24, n. 1, p. 45-67.

Breda, D. C. (2013). A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em

educação. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Cabral, L. S. A. (2021). Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IR-BrM), Diferenciação e Acessibilidade Curricular. Cadernos Cedes. v. 41, n. 114.

Cabral, L. S. A. (2018). Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 57-01-33.

Corrêa, A. B. A. V. (2016). Educação inclusiva no ensino superior: saberes e práticas dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática na Universidade Federal de Sergipe. 86 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

Ebersold, S. (2020). Ecole inclusive, Société de la connaissance et Impératif d’accessibilité. Carnets Rouges, n. 18.

Franco, M. L. P. B. (2005). Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Líber Livro.

Gavério, M. A. (2017). “Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos Disability Studies”. Revista Argumentos, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 95-117.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de



- pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Illich, I. (1973). Tools for conviviality. New York: Harper & Row.
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). Censo da Educação Superior.
- Lima, A. H.; Cabral, L. S. A. (2020). Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. Revista on line de Política e Gestão Educacional, [S.l.], p. 1104-1117, sep. ISSN 1519-9029.
- Lima, A. H.; Juarez, M. V. V.; Cabral, L. S. A.; Lacerda, C. B. F. (2020). Pessoas com Deficiência na Educação Superior: o caso UFSCar. In: Ana Claudia Maranhão Sá; Vanessa Helena Santana Dalla Déa. (Org.). Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras. 1ed.Goiânica: Cegraf UFG. v. 1, p. 1-21.
- Lourenço, G. F.; Battistella, J. (2018). Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, n. esp., p. 25-32.
- Moreira, M. H. B. (2012). Educação especial e educação: percepções sobre a formação docente em nível de pós-graduação - EaD em São Paulo e em Lisboa. 2012. 350 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).
- Torres, J. P.; Cruz, L. P.; Cabral, L. S. A. (2021). Concepções sobre Deficiência Importam?. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru , v. 27.
- Zampar, J. A. S. (2013). O estudante com deficiência no ensino superior. In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar De Educação Especial, 7., Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2013. p. 151-155.

### **Financiamento**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)